

Garimpeiros não se rendem na Justiça

Fotografias de Josemar Gonçalves

LÚCIA TORIBIO
Enviada especial

BOA VISTA — Quase um mês depois de desencadeada, a operação de retirada dos garimpeiros da terra dos índios ianomamis em Roraima está sendo ameaçada quando começa a dar certo. A liminar do Juiz Jorge Lopes Leite, determinando a retomada das atividades normais de garimpo na região, foi o primeiro de uma série de embaraços jurídicos preparados pelos advogados da União dos Sindicatos e Associações de Garimpeiros da Amazônia Legal (Usagal) para dificultar o cumprimento da decisão presidencial.

Derrubada a decisão do Juiz de Roraima amanhã, com a publicação de uma portaria que passa para o Ministério da Justiça, Saulo Ramos, a responsabilidade pela operação, virão outros recursos — primeiro ao Superior Tribunal de Justiça, a instância competente para questionar decisões ministeriais, até chegar ao Supremo Tribunal Federal.

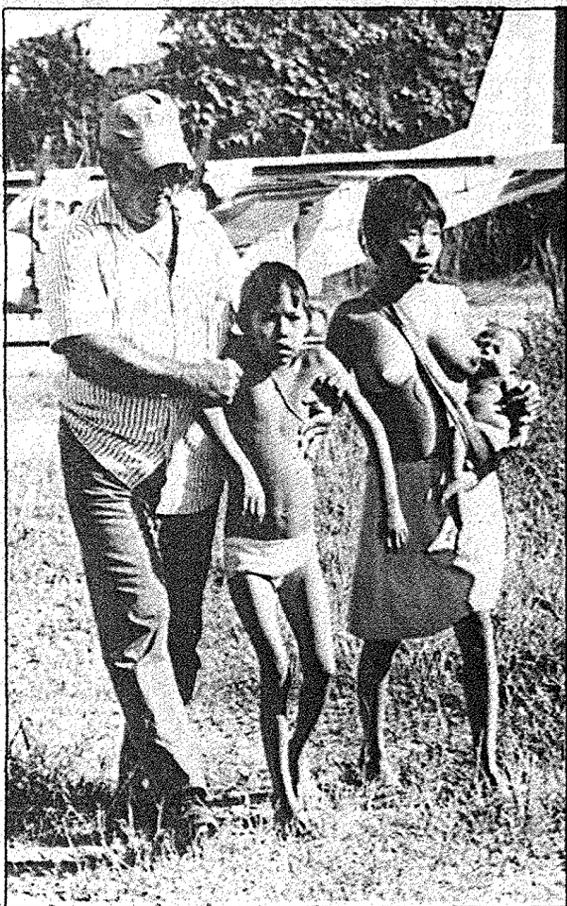
Uma após outra, essas ações pretendem retardar a ação da Polícia Federal. Bem-sucedida, a estratégia pode jogar por terra o trabalho de mais de 200 pessoas empenhadas em cumprir a determinação constitucional de devolver as terras aos ianomamis — foram gastos NCZ\$ 35 milhões na primeira fase da operação — e a esperança manifestada, em seu idioma, pelo cacique Nilton, da aldeia do Paapii.

— Garimpo broqué ("o garimpo acabou") — acreditava Nilton, observando o movimento dos helicópteros militares que retiravam da área os primeiros garimpeiros.

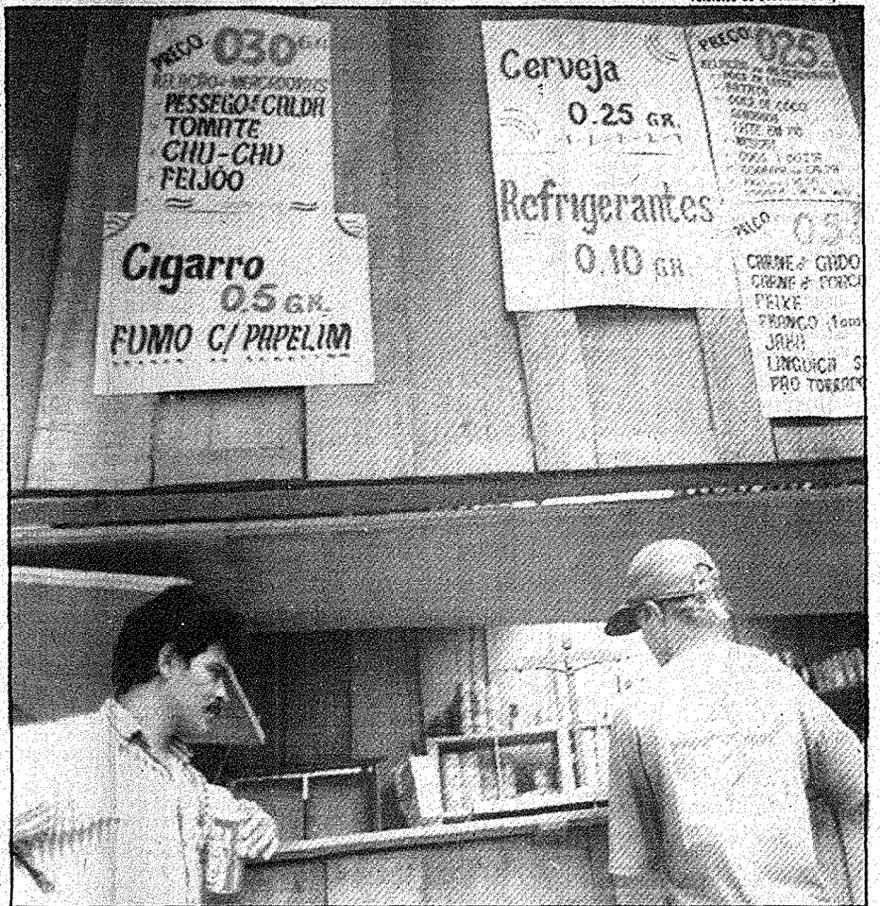
Até quinta-feira passada, antes da liminar do Juiz de Roraima, a Polícia Federal já havia conseguido paralisar praticamente toda a atividade de garimpo na Serra dos Surucucus, uma das 19 áreas ianomamis demarcadas em dezembro. Ali, apesar da lentidão da retirada dos garimpeiros, os motores estavam parados por falta de combustível — proibido de chegar às oito pistas ocupadas pelos agentes do DPF — e os principais donos de barrancos já haviam abandonado a região.

Depois de chegar à pista de Paapii, homologada pelo Ministério da Aeronáutica, os agentes do DPF passaram a ocupar as pistas clandestinas de "Baiano Formiga", "Caveira I", "Caveira II", "Macarrão", "Chimarrão", "Jeremias" e "Mineirinho Doido". As pistas de pouso são o coração de uma área de garimpo e ganham o nome dos seus "donos", que ficam com grande parte do ouro explorado na região.

Décio de Souza Almeida, o "Baiano Formiga", diz ter registrado em sua pista, até o ano passado, um movimento médio de cem pousos diários. Por voo, ele recebe dez gra-



Um policial leva ao médico o pequeno ianomami, com "doença de branco"



Na "Terra de Marlboro", o cruzado desapareceu. Até na cantina do garimpo tudo é pago em grama de ouro

mas de ouro (preço tabelado em toda a região), além das duas grammas pelo "passo" (taxa de embarque por passageiro). Ou seja, ganhava, nos tempos áureos, mais de 1,5 quilo de ouro por dia, ou NCZ\$ 500 mil.

Este lucro, justificam os donos de pista e os próprios garimpeiros, é a remuneração justa pelo sacrifício dos homens que descobrem as "fofoças" — áreas fartas de ouro — e constroem os campos de pouso, que têm em média 700 metros, abertos a moto-serra e limpos a enxada. E nessas pistas precárias, e sem qualquer segurança, que os pilotos do garimpo fazem, com a mesma rapidez, grandes fortunas. E o transporte aéreo

mais caro do Mundo. Uma passagem de Boa Vista para qualquer pista — em média, uma hora e meia de voo — custa dez grammas (NCZ\$ 3,8 mil, mais do que o voo Brasília-Rio, ida e volta), fora a bagagem, paga à parte. As "pernas" — voos entre pistas — custam cinco grammas, e os percursos fretados variam de 50 a cem grammas, conforme a cara do freguês. Em termos de aviação, porém, bom negócio mesmo é ter helicóptero. A sua versatilidade de pouso e capacidade de carga valorizam ainda mais o transporte, elevando o preço de uma "perna" para até 20 grammas (NCZ\$ 7,3 mil), em voos de dez minutos.

A "tabela a peso" chega às cantinas, farmácias, postos de gasolina e

bordéis das "ruas das pistas" onde, depois da ocupação pela Polícia Federal, e da escassez de abastecimento, a inflação alcançou índices de dar inveja a qualquer Ministro da Fazenda, com o prato feito de arroz, feijão e ovo custando até um grama de ouro, ou NCZ\$ 385.

Falando com naturalidade de quantias que assustariam bem-sucedidos empresários paulistas, é difícil imaginar que esses homens abandonariam sem resistência a atividade garimpeira em Roraima. Ao concordarem em sair espontaneamente das áreas ocupadas pelos federais, os grandes garimpeiros começaram a migrar para outros pontos do Estado, também em terra indígena ou

dentro das duas florestas nacionais, e até para a Guiana Inglesa e a Venezuela. Para trás ficaram os "peões blefados", aqueles que não conseguem tirar dos barrancos sequer o suficiente para pagar as dívidas que contraíram com os donos de barrancos. Na quinta-feira passada, já eram 500 relacionados pelo DPF na fila de espera dos voos da FAB, que está transportando 70 homens por dia.

Os aventureiros que chegaram de todo o Brasil nos garimpos de Roraima para trabalhar como empregados em máquina alheia, e que não deram a sorte de encontrar grande quantidade de ouro antes de aumentar de mais suas dívidas ou serem derrotados pela malária, formam a grande

maioria dos cerca de 15 mil homens que, segundo a Polícia Federal, ocupam as áreas ianomamis. Mesmo sendo a base da pirâmide social do garimpo e vivendo em condições deploráveis e em regime de escravidão — já começam devendo pelo menos 30 grammas de ouro e não podem deixar o barranco sem saldar seus compromissos —, eles ainda consideram o garimpo a melhor opção de vida.

— Aqui, se a gente ganha pouco, ganha 10, 20 grammas. Quando é que vai ganhar isso na roça, ou sendo balconista de farmácia? — resigna-se o maranhense José Teixeira Peixoto, que vai para outra área indígena, pois acredita num ditado local: "Índio só vai aonde tem ouro".

Mulheres atraídas pelo sonho dourado

BOA VISTA (Da enviada especial) — Ter um Monza vermelho e ser dona de uma boutique no Sul é o sonho de centenas de mulheres que deixaram o Nordeste para tentar a vida em Roraima, atraídas pelo ouro do garimpo. Nos cabarés e casas de prostituição de Boa Vista, ou nos barrancos das pistas de pouso, muitas já conseguiram chegar onde queriam ou, pelo menos, estão garantindo, à distância, o sustento da família.

— As mulheres têm mais juízo que os homens. Sabem que vão envelhecer e com 35 anos já não podem mais trabalhar. Então fazem seu pé-de-meia — diz a mexicana Pepita, que já correu o Brasil de Norte a Sul e hoje lê nas cartas a sorte das prostitutas de Boa Vista.

A decisão e o "juízo" das mulheres do garimpo podem ser constatados na figura de "Acreana", cozinheira e gerente de máquinas há três anos, hoje dona do cabaré mais movimentado da cidade. O nome verdadeiro, assim como a idade, é um segredo inviolável.

— Eu sou só "Acreana" e pode perguntar por todos esses garimpos do Brasil agora, em Itaituba ou Serra Pelada. Até lá em Brasília, naqueles gabinetes, todo mundo conhece a "Acreana" — ela é a própria testemunha de sua fama.

Só no pescoço, "Acreana" carrega em correntes, medalhas e pepitas, 38 grammas de ouro (NCZ\$ 152 mil). Outras tantas ela exhibe dentro de pequenos tubinhos plásticos de remédio, onde a hoje bem-sucedida empresária guarda as economias acumuladas nesses anos de trabalho nos barrancos.

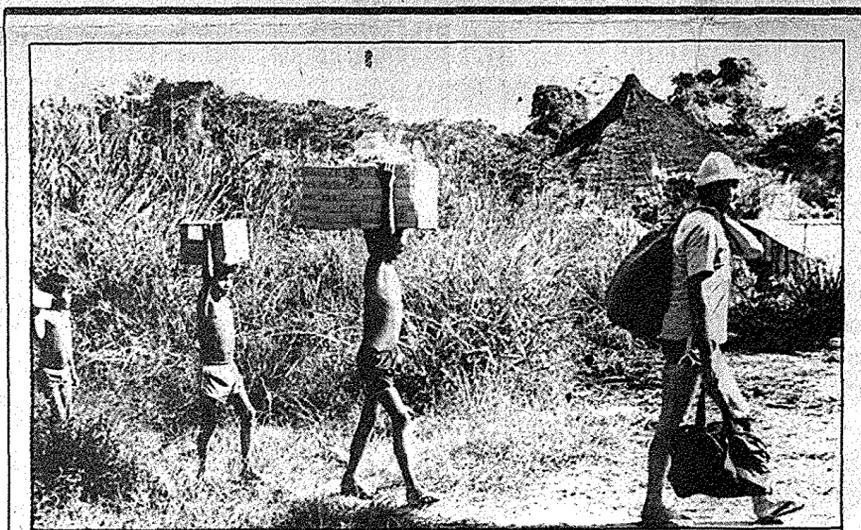
Ela jura que nunca contraiu malária e a única seqüela que exhibe, além da pele maltratada, são os pés caalejados de andar no mato "carregando nas costas garimpeiro doente". Nos dentes, ela sorri um cuidadoso bordado de riscos e bolinhas feito com incrustações de ouro.

Além de "servirem" os garimpeiros, as mulheres dos garimpos são "os anjos da guarda" dos homens que trabalham na exploração do ouro, compara "Acreana". Elas cozinham, tratam das doenças, consolam e, não raro, fazem os empréstimos necessários à primeira viagem para a selva.

A caridade, nesta região, também é bem remunerada.

— Sempre que voltam "bamburrados" (cheios de ouro), eles trazem um presentinho para a gente — diz "Acreana", dona de um cabaré com 13 quartos e, ainda, de duas casas alugadas na cidade.

Ela mora numa verdadeira mansão, cercada de conforto, com aparelhos de ar condicionado em todos os aposentos e antena parabólica no meio do jardim.



Crianças indígenas ajudam na mudança do garimpeiro, levando sua bagagem até a pista de Paapii

Cultura ianomami está agonizando

Tribo não tem o que festejar há três anos

BOA VISTA (Da enviada especial) — Há três anos não acontecem festas nas aldeias de Paapii e Moxaia. Ou seja, os mais velhos não estão ensinando aos mais novos, os mortos não estão sendo reverenciados, não houve casamentos e os pajés (xapuris) não transmitiram os segredos dos espíritos a seus sucessores. O garimpo deixou para os índios ianomamis uma herança de destruição cultural que levará pelo menos duas décadas para ser superada.

Esta é a avaliação dos sertanistas da Funai que trabalham no programa de saúde das comunidades próximas às áreas desativadas. Nas oito aldeias onde o programa já foi concluído, os indígenas constataram uma redução de 15% da população ianomami, em relação ao censo de fevereiro de 1988. Em condições normais, estas populações deveriam ter crescido 10%, em média, neste período, o que eleva para 25% a taxa de mortalidade entre os índios que vivem próximos às áreas de exploração mineral.

O plano de emergência levou de volta para Roraima indigenistas banidos do ex-Território em 1987 e

88 pelo então Presidente da Funai, Romero Jucá, hoje Governador do Estado. Entre eles estão a Presidente da Comissão para a Criação do Parque Ianomami, Cláudia Andujar, e Francisco Bezerra, considerado o maior conhecedor da cultura ianomami. Os membros da Comissão, que prestavam assistência médica aos índios através de convênio com a Funai, foram proibidos de entrar na área, acusados de incitar os ianomamis contra os garimpeiros. Bezerra, chefe de posto na Serra dos Surucucus, foi exonerado sem qualquer justificativa. Com o programa de emergência, eles foram chamados de volta e são os únicos capazes de constatar as mudanças ocorridas durante este período.

Malária, verminose e dermatites são as doenças que mais afligem os ianomamis nos últimos três anos. Foram também constatados casos de tuberculose e câncer, provocados pela mudança de alimentação, supõe o médico Marcos Coimbra, responsável pelo programa de saúde. Mas os garimpos contaminaram, sobretudo, a cultura indígena, observou Francisco Bezerra.

Todos os rituais e tradições dos ianomamis são transmitidos nas festas anuais de colheita, o leohu. Ela pressupõe fatura de alimentos, já que reúne, por vários dias, todos os habitantes das aldeias amigas. Quando a roça está pronta e as bananas "de vez" (maduras), os homens saem para a pesca e a

caça. Sem a roça (que os ianomamis abandonaram gradativamente desde a chegada dos garimpeiros), sem o peixe (que desapareceu dos rios contaminados de lama e mercúrio) e sem a caça (espantada pelo barulho dos aviões e dos motores), não há festa. E sem festa, morrem as tradições, como a de misturar as cinzas dos mortos ao mingau da banana para guardar o espírito dos ancestrais.

Ainda reicosos quanto aos resultados da operação de retirada dos garimpeiros, os indigenistas temem que, ao contrário, ela provoque estragos ainda maiores. Com a interdição parcial do território indígena, os garimpeiros estão se espalhando para áreas não exploradas, onde vivem comunidades que ainda não foram sequer contatadas. E o caso da região da cabeceira dos Rios Catrimani e Lobo de Almada. Lá, próximo a uma reserva demarcada, vivem pelo menos 200 índios em aldeias isoladas, e que estão ameaçados pela novas "fofoças" como a de "Ligeirinho", para onde já se deslocaram pelo menos 500 garimpeiros transportados por helicópteros que partem das áreas ocupadas pela Polícia Federal.

Nilson Campos Moreira, representante da Funai e coordenador geral da operação, lava as mãos:

— Ali é floresta nacional e, portanto, um problema do Ibama. O senhor Fernando César Mesquita, que vive por aí dizendo e desdizendo, que tome as providências.

Lei não chega à "Terra de Marlboro"

BOA VISTA (Da enviada especial) — No princípio era a Constituição, que no seu artigo 231 diz que pertencem às comunidades indígenas as terras que elas tradicionalmente ocupam. Depois vieram o decreto de demarcação das 19 reservas ianomamis, a liminar interdito para qualquer tipo de exploração os 9,4 milhões de hectares da Floresta de Roraima, o Plano de Defesa e Desocupação das áreas indígenas, o acordo entre autoridades e garimpeiros restringindo as áreas que seriam desocupadas, o decreto criando o garimpo de Santa Rosa, a liminar que voltou a liberar a extração e, finalmente, a portaria que derruba essa liminar.

No centro desta dança do Direito, leis, decretos e determinações judiciais sobrepostas e contraditórias, a atividade garimpeira em Roraima continua onde sempre esteve: à margem de qualquer preceito legal e funcionando com regras próprias. Em nenhuma das suas etapas ou desdobramentos, o garimpo em Roraima é o que se pode chamar de uma atividade regular. A começar pela própria lavra, feita sem autorização ou registro do Ministério das Minas e Energia, como exige a lei.

A ilegalidade já começa nos aeroportos. Das 140 pistas de pouso conhecidas, menos de 10% têm a homologação do Ministério da Aeronáutica, mas funcionam com o aval do Comando Aéreo Regional, que autorizou, através de um telex enviado ao Sindicato dos Aeronautas de Boa Vista, o funcionamento irregular em função das suas características peculiares. Também dos pilotos não se exige breve (habilitação), os aviões não precisam de registro e os trajetos aéreos são cumpridos, em grande parte, sem qualquer comunicação às autoridades.

Na "Terra de Marlboro", como de-

fine o motorista de táxi "Carioca", não se aplicam as mesmas leis do resto do País, mas regras próprias, claras, conhecidas e obedecidas por quem deseja sobreviver. Peão que tenta fugir sem pagar dívida, por exemplo, tem morte certa, não raro a mesma pena para quem não respeita "cozinha de um só dono".

A compra do ouro é feita por particulares nos próprias pistas de garimpo ou em casas especializadas de Boa Vista, livres de qualquer fiscalização. O único banco que compra ouro regularmente na Capital de Roraima é o Real. Se a palavra "imposto" não consta do dicionário dos garimpeiros, líderes sindicais como José Altino Machado e José Toledo Filho apostam que a economia do Estado estaria arrasada sem a lavra. Mas, além do restrito comércio em duas ruas do Centro da cidade e da construção febril de casas populares nos bairros periféricos, o movimento de dinheiro em Boa Vista só é sentido nos bares, cabarés e bordéis.

Neste cenário, direitos trabalhistas seriam um luxo. Garimpeiros, mecânicos, cozinheiros ou construtores de pistas contratados pelos empresários da mineração se contentam com acordos verbais, nem sempre cumpridos. Como os sete trabalhadores que deram queixa no DPF contra José da Horta, o "Fininho", herdeiro da pista do "Macarrão" e dono de um barranco e quatro pares de máquina, que fugiu antes da chegada dos policiais, devendo quase um quilo de ouro (NCZ\$ 385 mil) aos empregados. Um recibo amassado e um documento assinados por algumas testemunhas são as únicas provas da cozinheira Maria Raimunda de Oliveira, que deixou o garimpo com dois filhos e o crédito de 140 grammas de ouro por três meses de trabalho nas máquinas de "Fininho".



Os "peões blefados" esperam a vez de embarcar em um avião da FAB